

Carta-resposta ao SISIPSEMG sobre o fortalecimento e a valorização do IPSEMG

Varginha, 9 de setembro de 2026.

À Diretoria do Sindicato dos Servidores dos Institutos de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

SISIPSEMG

Prezadas senhoras e prezados senhores,

Agradeço o encaminhamento da “Carta de Compromisso dos Candidatos à Eleição de 2026 ao IPSEMG” e a oportunidade de responder às reivindicações apresentadas. Reconheço a importância do Instituto para os servidores públicos estaduais e suas famílias, assim como a responsabilidade de quem trabalha para assegurar o atendimento aos beneficiários.

O cuidado com quem utiliza o serviço e o respeito a quem o presta fazem parte da mesma responsabilidade pública. Uma instituição não se fortalece apenas pelo aumento de suas despesas nem pela redução de seus custos. Fortalece-se quando dispõe de capacidade de atendimento, planejamento e profissionais em condições de realizar seu trabalho.

Apresento esta resposta com fundamento no Plano de Governo de Gabriel Azevedo e Maria Helena. A convergência com os objetivos da entidade não representa adesão automática a todas as medidas propostas. Distinguirei os compromissos que já assumimos das reivindicações cuja adoção exigiria definições que nosso programa ainda não contém.

1. Recomposição salarial e valorização profissional

A valorização dos servidores aparece em diferentes áreas do nosso Plano de Governo, associada ao fortalecimento da capacidade técnica do Estado e à responsabilidade com o financiamento dos serviços. As medidas específicas de carreira previstas para determinados setores têm destinatários próprios e não devem ser transferidas automaticamente para outras categorias.

No caso do IPSEMG, reconheço a relevância das reivindicações relativas à remuneração e às perspectivas de desenvolvimento profissional. Também considero necessário que a discussão contemple quem atua no atendimento assistencial e quem sustenta o funcionamento administrativo do Instituto.

A adoção dos pisos indicados pela entidade como referência para jornadas de trinta horas, a definição de data-base com reposição automática da inflação, o reajuste da ajuda de custo e o restabelecimento dos índices de progressão horizontal de 3% e vertical de 22% não constituem compromissos específicos estabelecidos em nosso plano.

Sua eventual adoção exigiria conhecer os efeitos sobre a estrutura remuneratória e o orçamento, identificando a fonte permanente de financiamento. O estudo sobre ajuda de custo mencionado na carta poderá contribuir para essa discussão; sua existência, por si só, não equivale à análise de seu conteúdo nem à confirmação de suas conclusões por nossa candidatura.

Essa delimitação não representa um juízo contrário à valorização profissional. Representa o cuidado de não oferecer como decisão tomada aquilo que ainda precisa ser fundamentado. Respeitar o servidor é também preservar a credibilidade da palavra do Estado.

2. Gestão e processo de seleção

Há convergência com a defesa de uma gestão orientada ao interesse público, com responsabilidades claras e transparência. Nosso plano prevê publicidade das decisões relevantes e fortalecimento dos instrumentos de controle e prestação de contas.

Defendo que as responsabilidades de direção sejam exercidas com capacidade técnica e compromisso com o serviço. A proposta de eleição para a Presidência do IPSEMG, entretanto, não integra os compromissos assumidos no plano. Tampouco esta resposta institui um novo processo seletivo para todas as chefias do Instituto.

Quanto à avaliação, nosso programa distingue acompanhar a execução, verificar a regularidade e examinar os resultados de uma política pública. A Comissão Independente de Avaliação e Resultados proposta no plano se destina a avaliar políticas e instrumentos de governo. Não se confunde com avaliação funcional individual nem substitui a administração do Instituto.

A preocupação do sindicato com critérios conhecidos e tratamento isonômico merece consideração. Um modelo específico de avaliação dos profissionais do IPSEMG, contudo, não deve ser apresentado como já definido em nosso programa.

3. Jornada de trabalho e benefícios

A organização do trabalho deve considerar as condições dos profissionais e a continuidade do atendimento. Uma mudança de jornada precisa ser examinada juntamente com a demanda assistencial e o dimensionamento das equipes.

Nosso plano não estabelece um regime específico de jornada para os servidores do IPSEMG. Por isso, esta carta não assume previamente a padronização em trinta horas nem a alteração dos plantões nos termos solicitados.

Também não incorpora como decisões já tomadas a concessão de jornada complementar aos servidores administrativos, a equiparação dos valores de insalubridade aos praticados para trabalhadores celetistas, a implementação de teletrabalho ou o pagamento de novos adicionais por trabalho em feriados e finais de semana.

As reivindicações sobre critérios de acesso à jornada complementar e sobre os setores considerados insalubres devem ser distinguidas da definição dos valores e das regras de concessão. São questões que exigem informações próprias e não podem ser resolvidas por uma declaração genérica.

A ausência de compromisso com essas alterações específicas não significa questionar direitos existentes, mas tão-somente delimitar com clareza aquilo que esta resposta efetivamente assume.

4. Melhoria do atendimento de saúde

Existe uma referência expressa ao IPSEMG nos anexos do nosso Plano de Governo. Na carta de compromissos com a Polícia Civil, está prevista a avaliação do atendimento pelo Instituto e da rede disponível no interior, considerando também as necessidades das famílias. Essa previsão se insere na política de saúde dos policiais civis e não corresponde, por si só, à aprovação de todas as mudanças assistenciais reivindicadas pelo SISIPSEMG.

Na parte geral do plano, a saúde é orientada pela redução da espera e pela organização do cuidado. Também estão presentes a atenção ao envelhecimento, o cuidado em saúde mental, a saúde integral da mulher e uma linha de cuidado às famílias atípicas.

Essas diretrizes oferecem uma base para o diálogo sobre as necessidades dos beneficiários. É necessário, porém, preservar a distinção entre as propostas formuladas para o SUS e as regras de atendimento do IPSEMG. Não apresentarei uma medida prevista para um sistema como ampliação automática da cobertura do outro.

As demandas de fortalecimento da rede própria e de ampliação complementar da rede credenciada devem ser examinadas à luz das necessidades regionais. O mesmo vale para os exames de imagem e para o atendimento em endocrinologia, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia e terapia ocupacional.

O compromisso já existente com a avaliação do atendimento permite considerar essas dificuldades. Não autoriza fixar antecipadamente novas coberturas, números de atendimentos ou prioridades de investimento entre unidades sem conhecer sua capacidade e sua demanda.

A orientação é que o resultado seja percebido por quem precisa do serviço. Uma rede formalmente disponível não basta quando o beneficiário não consegue atendimento. A avaliação deve permitir compreender o percurso das pessoas e onde se encontram os obstáculos.

5. Autonomia e gestão orçamentária

Fortalecer o Instituto exige clareza sobre suas responsabilidades e sobre os recursos necessários ao seu funcionamento. A autonomia pretendida pela entidade não será tratada nesta resposta como compromisso de permitir a ampliação de despesas sem avaliação de seu financiamento.

A referência a receitas próprias precisa ser acompanhada do conhecimento das obrigações já assumidas e das necessidades de manutenção do serviço. Não cabe presumir disponibilidade financeira apenas pela origem da arrecadação.

A recomposição do quadro de servidores também precisa ser relacionada às necessidades efetivas de atendimento. Os compromissos de concurso previstos no plano para setores determinados não equivalem a uma autorização geral de reposição automática de todos os cargos históricos do IPSEMG. Não assumo, nesta carta, quantitativos de nomeações nem calendário específico para o Instituto.

Sobre os imóveis, a orientação do programa é de gestão responsável e transparente dos recursos públicos. A preocupação com sua utilização assistencial é pertinente à finalidade do Instituto. Esta resposta, entretanto, não estabelece uma destinação única para o patrimônio nem acrescenta um inventário com prazo que não esteja previsto no plano.

As decisões deverão ser justificadas pelo interesse público. A análise de cada imóvel não pode ser substituída por uma promessa indistinta sobre todo o conjunto patrimonial.

6. Participação social e transparência

A escuta de beneficiários, entidades representativas e servidores é compatível com a forma de governar proposta em nosso plano. Quem utiliza e quem presta o serviço deve ter suas dificuldades consideradas na organização da resposta pública.

A Carta Mineira de Serviços Públicos prevista no programa propõe tornar mais claros os canais de atendimento e as responsabilidades, com padrões públicos de desempenho e retorno ao cidadão. Essa orientação contribui para enfrentar uma preocupação central da entidade: permitir que a demanda seja apresentada e acompanhada, em vez de se perder entre diferentes setores.

Os Governos Regionais propostos têm função de coordenação territorial. Não substituirão a direção do IPSEMG nem representarão, automaticamente, a criação de novas unidades assistenciais ou ouvidorias do Instituto.

Nosso plano também prevê ampliar a transparência dos contratos e da execução das políticas públicas. Essa publicidade deve permitir acompanhamento social, preservando as informações pessoais que não devam ser divulgadas.

A proposta de liberação de três dirigentes para atuação sindical não integra os compromissos específicos do programa. Assim, não a assumo por meio desta carta, sem que isso diminua o respeito à representação sindical ou ao diálogo com o SISIPSEMG.

7. Melhoria salarial e aumento da arrecadação

A sustentabilidade do atendimento precisa ser examinada a partir do conjunto de despesas e receitas. Não adotarei a premissa de que aumentos salariais ou novos concursos, isoladamente, garantem o equilíbrio financeiro do Instituto. Eventuais receitas adicionais precisam ser consideradas juntamente com as obrigações que as acompanham.

Nosso plano não prevê destinação específica de ICMS ou de receitas da mineração para o IPSEMG. Por isso, não assumo essa vinculação nesta resposta. Uma fonte não pode ser apresentada como disponível sem que sejam consideradas suas destinações e as demais obrigações do Estado.

A agenda fiscal do programa estabelece a necessidade de uma trajetória sustentável de despesas e de revisão das políticas a partir de seus resultados. Também prevê transparência sobre benefícios e subsídios fiscais, com identificação das contrapartidas e do retorno público. Essas medidas não serão tratadas como uma reserva de dinheiro previamente garantida para financiar novas promessas.

Cuidar das contas não deve servir para encerrar o diálogo nem para desconsiderar dificuldades de atendimento. Deve permitir que as decisões tenham financiamento e possam ser mantidas, sem transferir aos beneficiários e aos servidores o custo de compromissos assumidos sem sustentação.

Compromisso final

Reafirmo a importância da finalidade pública e social do IPSEMG e do trabalho de seus profissionais. O compromisso registrado nesta resposta é dar consequência às previsões do nosso plano sobre avaliação do atendimento, gestão responsável, presença regional e transparência.

Não acrescento cronogramas de ampliação da rede, percentuais remuneratórios ou prazos de reorganização que o programa não estabelece para o Instituto. Também não apresento a necessidade de avaliação como recusa antecipada às reivindicações da entidade.

Quero uma relação com os servidores baseada em franqueza e respeito. Isso significa ouvir as demandas, reconhecer os problemas e distinguir o que já está assumido daquilo que ainda dependeria de construção e fundamentação.

O fortalecimento institucional deve ser percebido na qualidade do atendimento e no respeito às pessoas. É com essa responsabilidade que recebo a contribuição do SISIPSEMG e apresento nossa posição.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais

MDB | 15